



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 183/2015 (Autoria do Deputado Rasca Rodrigues)

Concessão de Título de Capital do Rio Ivaí ao
Município de Cândido de Abreu.

Art. 1º Concede ao Município de Cândido de Abreu o
Título de Capital do Rio Ivaí.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2015.


Missonário


Presidente 


Relator Missonário


Rasca Rodrigues


Rasca Rodrigues



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 255/2015 (Autoria do Deputado Guto Silva)

Concessão de Título de Utilidade Pública à
Associação Lima – Protetora dos Animais do
Município de Pato Branco-PR, com sede e foro no
Município de Pato Branco.

Art. 1º Concede Título de Utilidade Pública à Associação
Lima – Protetora dos Animais do Município de Pato Branco-PR, com
sede e foro no Município de Pato Branco.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2015.

Museu

BA
Presidente *Pastoreira*

A
Relator *Missionário*

[Assinatura]
[Assinatura]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 326/2015
(Autoria do Poder Executivo)

Autorização para o Poder Executivo efetuar a
doação do imóvel que especifica ao Município de
Nova Aliança do Ivaí.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Nova Aliança do Ivaí, do imóvel constituído pelo Lote nº 01/22-B-1, da Quadra 5 da Planta da Cidade, com área de 800,625m², no Município de Nova Aliança do Ivaí, descrito na Matrícula sob nº 7.931 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí.

Art. 2º O imóvel em questão será usado exclusivamente para a implantação de unidade escolar, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, sem direito a qualquer ressarcimento.

Art. 3º A unidade escolar deverá estar concluída e em funcionamento no prazo máximo de três anos a partir da data de publicação desta Lei, retornando o imóvel ao patrimônio do Estado se descumprida a condição.

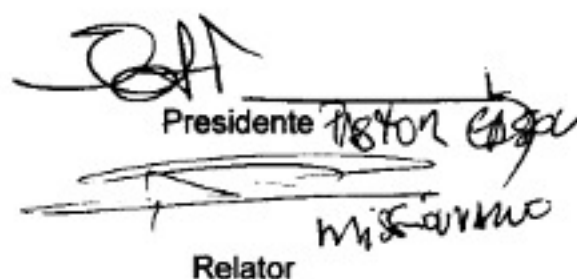
Art. 4º O imóvel em questão fica gravado com cláusula de inalienabilidade e retornará ao patrimônio do Estado caso o donatário não regularize, no prazo máximo de um ano, a decorrente alteração cartorial de titularidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

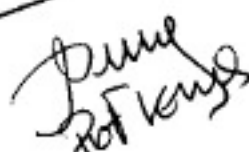
Sala das Comissões, 23 de junho de 2015.



Hirschen



Presidente



Relator

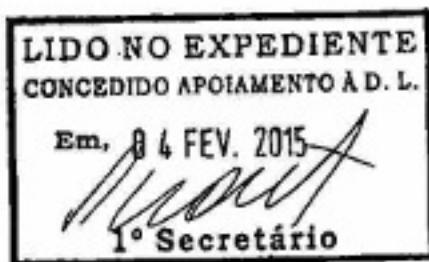


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROJETO DE LEI 62/15



CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 04 FEV. 2015

1º Secretário

SÚMULA: Insere no Calendário Oficial de eventos turísticos e gastronômicos do Estado do Paraná a **"Festa do Leitão ao Fogo de Chão"**, caracterizado como prato típico oficial da Festa da Padroeira Nossa Senhora de Fatima, realizada anualmente no mês de maio, no Município de Serranópolis do Iguacu.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná a **"Festa do Leitoão ao Fogo de Chão"** caracterizado como prato típico oficial da Festa da Padroeira Nossa Senhora de Fatima, realizada anualmente no mês de maio, no Município de Serranópolis do Iguacu.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de fevereiro de 2015.

PROFESSOR LEMOS

Deputado Estadual

THE UNIVERSITY OF MICHIGAN
64-170-4015 9303 000231 1/1



JUSTIFICATIVA

A Festa do Leitão ao Fogo de Chão já se consolidou como uma novidade gastronômica para Serranópolis e Região. O Específico da festa é a novidade gastronômica trazida para município em 2011, na 1ª Festa do Leitão ao Fogo de Chão. Voluntários da paróquia assumiram o desafio de preparar o prato típico para festa da padroeira. No total, 55 (cinquenta e cinco) leitões foram assados e consumidos na festa e, em 2012, na 2ª Edição foram 80 (oitenta) leitões. Na 3ª edição, em 2013, 113 leitões foram assados. Em 2014 novo recorde, 120 Leitões.

A Relatos de quem já degustou, aprovaram o prato já oficializado como prato típico da Festa da Padroeira, que ocorre todos os anos no mês de maio.

A inspiração para uma festa diferente veio da suinocultura. A vocação natural do município e região, que tem como base econômica a agricultura (pecuária, avicultura e suinocultura), fez com que o Padre Edivaldo Donato, ao planejar a festa, idealizando algo que expressasse esta realidade, buscasse um diferencial a festa da Paróquia, que ajudasse a promover a economia solidária, consumindo produtos produzidos pelos paroquianos.

Pela importância cultural e sucesso que vem aumentando ano a ano, desta maravilhosa Festa do Leitão ao Fogo de Chão é que propusemos o Projeto de Lei em tela no sentido de inseri-la no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 62/2015

Projeto de Lei nº. 62/2015

Autor: Deputado Professor Lemos.

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná a "**Festa do Leitão ao Fogo de Chão**", caracterizado como prato típico oficial da festa da Padroeira Nossa Senhora de Fátima, realizada anualmente no mês de maio, no Município de Serranópolis do Iguacu.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A FESTA DO LEITÃO AO FOGO DE CHÃO. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Festa do Leitão ao Fogo de Chão".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 15 de Abril 2015.

Pericles
Supron
APROVADO
15.04.15

[Assinatura]
Dep. Nelson Justus
Presidente
[Assinatura]
Dep. Pr. Edson Praczyk
Relator

Gilson
Romanelli
[Assinatura]
CLAUDIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 62/2015

A COMISSÃO DE TURISMO, emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 62, de 2015, de autoria do DEPUTADO PROFESSOR LEMOS, que insere no calendário oficial de eventos turísticos e gastronômicos do estado do Paraná a Festa do Leitão ao Fogo de Chão, realizada anualmente no mês de maio, no Município de Serranópolis do Iguaçu.

RELATORA: Deputada **MARIA VICTÓRIA**

I – RELATÓRIO

Inicialmente distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto recebeu parecer favorável quanto à constitucionalidade e legalidade.

Vem ao exame da Comissão de Turismo, para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 62, de 2015, de autoria do DEPUTADO PROFESSOR LEMOS, que insere no calendário oficial de eventos turísticos e gastronômicos do Estado do Paraná a Festa do Leitão ao Fogo de Chão, caracterizado como prato típico oficial da Festa da Padroeira Nossa Senhora de Fátima, realizada anualmente no mês de maio, no Município de Serranópolis do Iguaçu.

Em uma análise pormenorizada da inserção que se pretende fazer, vislumbra-se que por se tratar de um evento criado com o intuito de divulgar e promover a cultura local e pela sua importância cultural para a cidade e região, a proposta de inclusão do evento fortalece a motivação da entrada de turistas na cidade, além de oportunizar o desenvolvimento econômico do município uma vez que este tem como sua base econômica a agricultura (pecuária, avicultura e suinocultura) a qual está diretamente ligada à inspiração temática da festa.

Fco

gm



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão de Turismo



É o relatório. Passo à análise da propositura.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 33, N, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Art. 33-N Compete à Comissão de Turismo manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do Exterior.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, este projeto de lei preenche os requisitos insculpidos nos arts. 65 da Constituição Estadual e 124 do Regimento Interno da Casa, que trazem a competência do Governador do Estado para deflagrar projetos como ao qual se prolata o presente parecer.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ademais, salutar mencionar que a proposição, no que tange à técnica legislativa, atende aos ditames estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e pela Lei Complementar nº 176, de 11 de julho de 2014, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e trazem normas que devem ser respeitadas quando da elaboração de Leis.

Neste passo, e passando-se à análise do mérito, insta ressaltar que ao analisar as tendências atuais do segmento, a inserção desse tradicional evento no Calendário Oficial de eventos turísticos e gastronômicos do Estado do Paraná trata-se de uma importante proposição,

J. C.

Gen.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão de Turismo





pois tem o objetivo de fomentar a atividade turística da cidade de Serranópolis do Iguaçu, com evidentes benefícios para toda a região e se faz necessária para preservação da cultura local.


III – CONCLUSÃO

Com efeito, esta Comissão emite parecer FAVORAVEL ao Projeto de Lei nº 62/2015.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.


Deputado Chico Brasileiro
Presidente

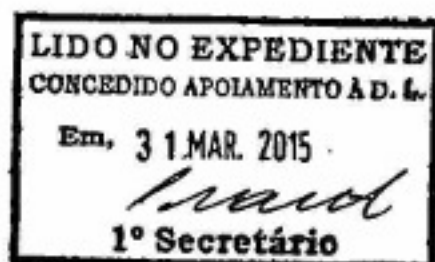

Deputada Maria Victória
Relatora


TELICIO TOLINI


CLAUDIA PEREIRA



PROJETO DE LEI Nº 231/15




SÚMULA - Declara de Utilidade Pública a AE - Associação Esperança, com sede e foro no Município de Guarapuava, Paraná.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a nível estadual a Associação Esperança, inscrita no CNPJ 07.438.896/0001-34, com sede e foro à Rua Coronel Antônio Vilaca, 203 – Vila Bela, Guarapuava, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31 de março de 2015.


ARTAGÃO JÚNIOR
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



JUSTIFICATIVA:

Maria Celui Xavier de Lima Pereira, na qualidade de presidente da instituição Associação esperança está encaminhando proposição a essa casa de leis, por meu intermédio para que a entidade a qual representa seja declarada de utilidade pública.

Em conformidade com a Lei nº 17.826/2013, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública a A.E. com sede e foro no Município de Guarapuava, Paraná.

Fundada em 01 de novembro de 2005 a entidade que é uma associação civil, sem fins lucrativos, tem por objetivo, conforme seu estatuto social Artigo (2º) desenvolver um trabalho junto às entidades necessitadas e carentes do município de Guarapuava Paraná, com abrangência nos demais municípios do Estado, formar parcerias com outras entidades para arrecadação de fundos para investimentos em projetos sociais.

A sociedade já existe há mais de dez anos desenvolvendo trabalhos comunitários junto as classes menos favorecidas precisando para melhor atender a população e cumprir a sua missão comunitária, prevista no seu estatuto, ser agora reconhecida como entidade de utilidade pública estadual, como já reconhecida no âmbito municipal, pelo que contamos com o nobres pares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 231/2015

Projeto de Lei nº. 231/2015

Autor: Deputado Estadual Artagão Junior

Súmula: Declara de utilidade pública a AE- Associação Esperança, com sede e foro no Município de Guarapuava, Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Artagão Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a AE- Associação Esperança, com sede e foro no Município de Guarapuava, Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;
III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.


No entanto, a fim de retificar a **Súmula e o Artigo 1º** do projeto de lei que pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.




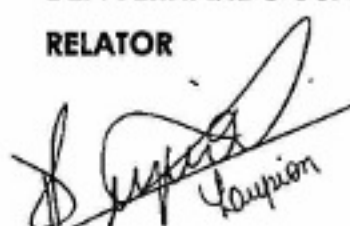
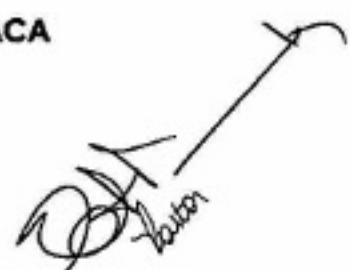
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.


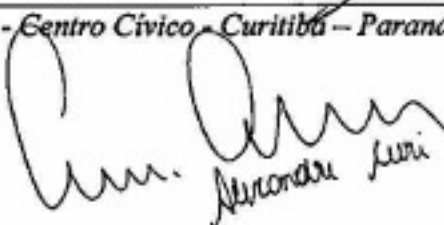

DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

26/05/15





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 231/2015

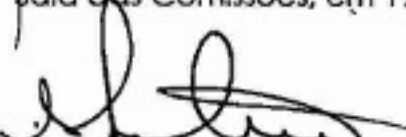
De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 231/2014, passa a contar com a seguinte redação:

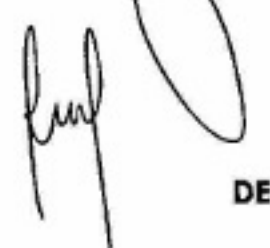
Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Associação Esperança**, com sede e foro no Município de Guarapuava, Paraná.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a **Associação Esperança**, com sede e foro no Município de Guarapuava, Paraná.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Comissões, em 19 de Maio de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Saleté s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

26/05/15





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 444/2015

Desafetação de trecho rodoviário estadual da PR-180 e doação do mesmo ao Município de Francisco Beltrão.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei.**

Art. 1º Desafeta o trecho da PR-180, sob o código 180S0380EPR do Sistema Rodoviário Estadual de 2014, com 2,55 quilômetros de extensão e faixa de domínio de 30 metros, situado a partir do acesso à cidade de Francisco Beltrão e o entroncamento com a PR-566, compreendido entre os pontos constantes do supracitado Sistema: 640 (coordenadas -26°03'05,89" e -53°03'06,59") e 619 (coordenadas -26°03'53,96" e -53°01'58,24").

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, a doar, ao Município de Francisco Beltrão, o trecho de rodovia referido no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

Nº 024/2015
LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 MAIO 2015

1º Secretário

Curitiba, 22 de maio de 2015.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva: desafetar o trecho da PR-180, sob o código 180S0380EPR do Sistema Rodoviário Estadual de 2014, com 2,55 quilômetros de extensão e faixa de domínio de 30 metros, situado a partir do acesso à cidade de Francisco Beltrão e o entroncamento com a PR-566, compreendido entre os pontos constantes do supracitado Sistema: 640 (coordenadas -26°03'05,89" e -53°03'06,59") e 619 (coordenadas -26°03'53,96" e -53°01'58,24"); doá-lo ao Município de Francisco Beltrão, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual.

A municipalização deriva de solicitação formal do Município de Francisco Beltrão, referendada por meio de Declaração de Anuência anexada às fls. 20 do protocolado nº 12.522.565-9, na qual aquele ente expressa a sua concordância com a absorção do segmento do trecho rodoviário em questão.

Importante ressaltar que, conforme a citada Declaração de Anuência, as despesas de construção e manutenção (investimentos e custeio) a serem realizadas no trecho após a data efetiva da exclusão do Sistema Rodoviário Estadual, serão de total responsabilidade da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão e não poderão, sob qualquer alegação, serem reclamadas ou terem solicitação de restituição, seja administrativa ou judicialmente.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecê-la, é feita anexação de cópia das principais peças do processo protocolado que deu origem ao anexo Anteprojeto de Lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.522.565-9

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em 25/05/15

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

14441 26/05/2015 09:26:02 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 411/2015

Projeto de Lei nº 411/2015 - *mensagem 024/2015*

Autor: Poder Executivo

Súmula: Desafetação de trecho rodoviário estadual da PR-180 e doação do mesmo ao Município de Francisco Beltrão.

EMENTA: DESAFETAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO ESTADUAL E DOAÇÃO AO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. ARTS. 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 10, 65 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 1º DO DECRETO 2.706/2011. LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 024/2015, tem por finalidade desafetar o trecho rodoviário estadual da PR-180 e doação do mesmo ao Município de Francisco Beltrão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Cumprе salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, artigo 87, é do Governador do Estado, conforme segue:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

No que tange ao objeto do projeto em tela, observa-se que o objetivo é desafetar o trecho rodoviário estadual, descrito no projeto.

Neste sentido, cumpre salientar que a *desafetação* é ato pelo qual o Poder Público retira do bem sua destinação de uso comum, cuja iniciativa é do Poder Executivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Nas palavras de José Cretella Júnior, é o ***"fato ou a manifestação de vontade do Poder Público mediante a qual o bem do domínio público é subtraído à dominialidade pública para ser incorporado ao domínio privado, do Estado ou do administrado."***¹

No presente caso, frise-se, a desafetação é expressa, pois emanada de manifestação de vontade da administração que a concretizará, por meio de lei.

Diante disso, trata-se de competência do Poder Executivo, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, prevista pelo **Decreto nº 2706/2011**, artigo 1º, que determina as atribuições de planejamento, execução, coordenação e controle das atividades relativas à justiça, cidadania e direitos humanos, conforme segue:

Art. 1º A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL, nos termos da Lei nº 16.841, de 28 de junho de 2011 constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de natureza substantiva, para orientação técnica especializada, planejamento, coordenação, fiscalização, controle e execução das atividades do setor de infraestrutura e logística no Estado.

Paragrafo único. O âmbito de atuação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL refere-se aos modais de transporte: rodoviário, ferroviário, aeroviário, aquaviário, dutoviário e edificações de prédios públicos.

¹ Cretella Júnior apud DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. Atlas. São Paulo, p. 4429. 1996.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, quanto à doação dos segmentos especificados no artigo 2º do projeto em tela, perfeitamente possível ante a previsão do artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná, adiante transcrito:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Sendo assim, verifica-se que a iniciativa legislativa do Poder Executivo está perfeitamente dentro da constitucionalidade e legalidade, necessárias.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, a Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



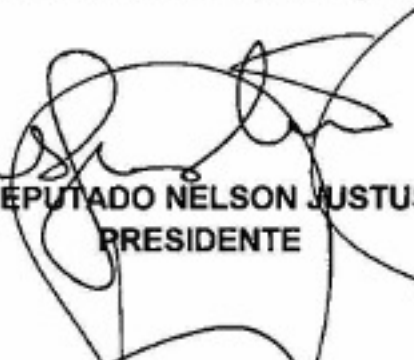
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que foram obedecidos os trâmites legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 02 de junho de 2015.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


João Medeiros


Luiz Paulo



Romualdo


Claudio Lúcia


Romualdo


João Medeiros

APROVADO

02.06.15 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 411/15

Projeto de Lei nº. 411/2015

Autor: Poder Executivo

Súmula: Mensagem nº 24/2015 – Autoriza o Poder Executivo a Efetuar a Desafetação de trecho rodoviário estadual da PR-180 e doação do mesmo ao Município de Francisco Beltrão.

EMENTA: DESAFETAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A CESSÃO. LEGALIDADE. POSSIBILIDADE. PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, apresentado pelo Poder Executivo, através da mensagem de lei nº 24/2015, que dispõe sobre a desafetação de imóvel que especifica ao Município de Francisco Beltrão, anteriormente à submissão à presente Comissão de Obras foi detidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, tendo parecer favorável na sessão do dia 02 de junho de 2015, razão pela qual deve agora ser analisado nos exatos termos exigidos pelo Regimento Interno desta ALEP, em especial no seu art. 33-F.

FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-F, assim dispõe:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Art. 33-F. Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte e, sobre comunicação em geral.

Desta feita, o presente projeto de lei, em especial por prever uso de bem público e sua desafetação, necessita de análise desta d. Comissão de Obras, Transportes e Comunicações.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento na legislação pertinente.

Nesse sentido, podemos citar o quanto disposto no art. 10, da Constituição Estadual, que dispõe sobre a alienação e cessão dos bens pertencentes ao Estado:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da Comissão.

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Ora, resta evidente a possibilidade de se efetivar a pretendida desafetação, desde que atendidos os requisitos legais para tanto.

No mérito, da análise do presente projeto de Lei, recomenda-se apenas, para dar cumprimento aos requisitos legais, a anexação, antes de sua aprovação, da matrícula do imóvel ou outro documento hábil que comprove a descrição do imóvel contido na mensagem de lei.

Por fim, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em comento, o projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

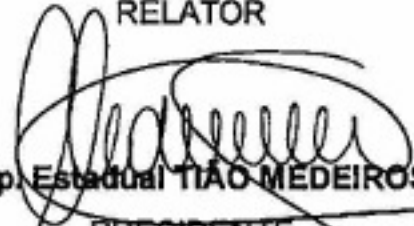
CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nesta Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação processual legislativa, desde que atendida a solicitação retro.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2015.


Dep. Estadual PAULO LITRO

RELATOR


Dep. Estadual TIAO MEDEIROS
PRESIDENTE


Dep. Felipe


Dep. Reginaldo



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 25/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 25 MAIO 2015


1º Secretário

Aprovação da prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exercício de 2012.

ART. 1º. – Aprova a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná exercício de 2012.


ART. 2º. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

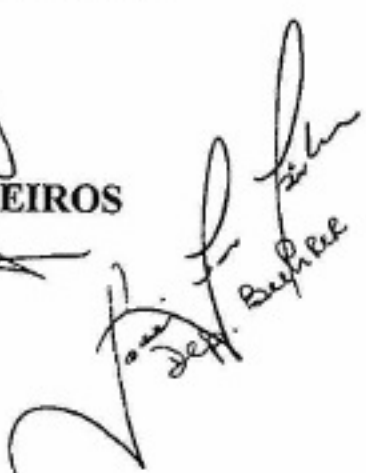
Sala das Sessões em, 18 de maio de 2015


DEPUTADO ELIO LINO RUSCH
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


Dep. Reichembach


DEPUTADO TIAO MEDEIROS
Relator


Dep. Sepulveda


Dep. Buzza



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Tomada de Contas



PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 005/2015 - CTC

Proposição nº 005/2015

Autor: Tribunal de Contas

Súmula: Encaminha a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Exercício 2012.

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. ADEQUAÇÃO. LEGALIDADE. TEMPESTIVIDADE. PARECER FAVORÁVEL. LC 101/2000, INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TC 92/2013.

PREÂMBULO

A presente proposição tem o escopo de apresentar a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para ratificação pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, mediante emissão de Resolução aprovando as referidas contas.

O expediente foi instruído com (i) Relatório de Gestão; (ii) Relatório de Medidas Saneadoras (iii) Parecer do Controle Interno, (iv) Demonstrativos de Receitas e de Despesas, bem como os respectivos comparativos; (v) Balanços Orçamentário e Financeiro; (vi) Demonstrativo de Variações Patrimoniais; (vii) Balanço Patrimonial; (viii) Balancete de Verificação; (ix) Certidão de Habilitação do Contador; (x) Demonstrativos das Dívidas Fundada e Flutuante e (xi) Relação de Restos a Pagar; (xii) Relação de Admissões; e (xiii) Declaração de Bens

A Diretoria de Contas Estaduais do Tribunal de Contas, em sua Instrução nº. 56/13, concluiu que a prestação de contas poderá ser



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Tomada de Contas



considerada regular, considerando a tempestividade, e a conformidade das demonstrações contábeis com a legislação vigente.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, através do Parecer n.º 8079/13, não se opôs ao posicionamento da unidade técnica pela regularidade das contas, considerando a observância aos preceitos legais aplicáveis à espécie.

No julgamento das referidas contas, o Conselheiro relator do referido processo, Conselheiro Nestor Baptista, através do acórdão n.º 3822/13, acompanhado pelo demais membros do Pleno do referido Tribunal, julgou regulares as contas referentes ao exercício de 2012.

Portanto, cumpre a esta Comissão Permanente de Tomada de Contas emitir parecer acerca do referido caso.

FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-D, assim dispõe:

Art. 33 – D -Compete à Comissão de Tomada de Contas:

- I - manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas.
- II - tomar as contas do Governador.
- III -fiscalizar as entidades da Administração Indireta; e
- IV - apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Tomada de Contas



Ora, resta evidente que a presente proposição deve ser apreciada pela referida comissão dentro dos estreitos ditames legais da prestação de contas dos poderes públicos.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento e alinhamento às normas que regem a referida prestação de contas.

Nesse sentido cumpre citar o quanto disposto no art. 75 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 75. *O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:*

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

Desta forma, denota-se que os requisitos formais da prestação de contas, quais sejam a apresentação de todos os documentos exigidos, foram devidamente cumpridos, restando apenas as questões internas às informações prestadas para a aprovação da referida prestação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Tomada de Contas



Assim, importante destacar o quanto disposto pelo d.
Ministério Público de Contas:

A Diretoria de Contas Estaduais, após análise minudente da documentação acostada aos autos, proferiu opinativo (Instrução nº 56/13) pela regularidade da presente prestação de contas, considerando os seguintes aspectos:

- *a) o presente processo foi protocolizado dentro do prazo, conforme apontado no Título I, atendendo ao disposto no art. 222 do Regimento Interno deste Tribunal;*
- b) no tocante à formalização do processo, constatou-se o atendimento à Instrução Normativa nº 80/2012-TC, conforme demonstrado no Título I;*
- c) sob o aspecto técnico-contábil, foi possível verificar que as demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com a legislação vigente;*
- d) sob o aspecto da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, a análise evidenciou razoabilidade nos resultados apresentados, conforme comentado no Título III;*
- e) foram atendidos os preceitos contidos na Lei Complementar nº. 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme descrito no Título IV.”*

Portanto, resta evidente que os requisitos técnicos para a aprovação das contas foram devidamente preenchidos, razão pela qual merece o acatamento desta comissão no sentido de emitir parecer favorável às contas apresentadas, bem como pela edição de resolução aprovando as referidas contas pelo plenário desta casa de lei.

Nada obstante, apenas para que reste comprovada a regularidade das informações acima mencionadas, podemos citar o acórdão do próprio Tribunal de Contas que julgou as referidas contas:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Tomada de Contas



Quanto aos requisitos formais, o processo se encontra regular para o devido processamento. A documentação apresentada atendeu ao disposto nas normas deste TCE-PR e se encontra tempestiva, conforme o Art. 225, § 1º do Regimento Interno. Conforme atestado pela unidade instrutiva e pelo Ministério Público, os documentos e dados eletrônicos apresentados pela entidade a esta Corte de Contas, relativos ao exercício de 2012, demonstram o atendimento aos ditames legais e princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Como não há vícios insanáveis ou que tragam danos ao erário público de forma imediata, as contas devem ser aprovadas e consideradas regulares (Art. 16, I, da Lei Complementar Estadual n.º 113/05).

É a fundamentação

3. VOTO

A partir do exposto acima, VOTO pela REGULARIDADE (Art. 16, I, da Lei Complementar n.º 113/2005), das contas apresentadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Art. 24 da Lei Orgânica c/c Art. 220 do Regimento Interno) referente ao exercício de 2012, cujo responsável era o Exmo. Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães. Por fim, após o trânsito em julgado da decisão, determino que os autos sejam encaminhados à Diretoria de Protocolo (DP) para arquivamento.

É o voto



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Tomada de Contas



Sendo isso o que cumpre a esta Comissão de Tomada de Contas analisar, temos que regulares as contas apresentadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referente ao exercício 2012, devendo as mesmas serem regularmente aprovadas por esta Casa de Leis, que editará resolução no formato anexo ao presente.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** da presente proposição nesta Comissão de Tomada de contas, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir a edição da competente Resolução, conforme projeto anexo.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2015.



Dep. Estadual **THÉO MEDEIROS**

RELATOR


Dep. Estadual **ELIO RUSCH**

PRESIDENTE


Dep. Estadual **FEITOSA BACH**


Dep. Estadual **SCAVARDA**


Dep. Estadual **RUY**